



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Nº: 02001...114 374/2017-93
Nº. SEI:
Recebido em: 1/8/2017
<i>Jaqueline</i>
Assinatura

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA

Ofício nº 162/2017

Referência: PA.º MPMG-0400.17.000070-9

Mariana, 20 de julho de 2017

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

Com meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente encaminhar-lhe cópia do procedimento em referência, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis.

Sem mais para o momento, apresento protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente


GUILHERME DE SA MENEGHIN
Promotor de Justiça

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Representante
Comitê Interfederativo – Fundação RENOVA





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 20 dias do mês de junho do ano de 2017, no Centro de Convenções de Mariana, localizado à Avenida Getúlio Vargas, s/nº, Centro, cidade de Mariana, presente o Promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin e demais convidados, realizou-se Audiência Pública para os fins do disposto no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93, regularmente convocada por meio do Edital de Divulgação, afixado na Promotoria de Justiça desde o dia 31 de maio de 2017 e publicado no portal eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais desde o dia 31 de maio de 2017, com o objetivo e a pauta apresentados a seguir:

1. Objetivo

A Audiência Pública tem como objetivo possibilitar aos cidadãos e aos setores organizados da sociedade dialogar e colaborar com o MPMG na avaliação das ações da Fundação Renova no território de Mariana/MG.

2. Agenda da Audiência Pública

18:00 – 18:15 h. – Abertura dos trabalhos;
18:15 – 19:30 – Manifestações dos expositores;
19:30 – 20:45 – Pronunciamento dos debatedores inscritos;
20:45 – 21:00 – Considerações finais e encerramento pelo presidente.

3. Desenvolvimento dos trabalhos

Os trabalhos, iniciados às 18h05, foram presididos pelo Promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana. Declarada aberta a audiência pelo seu presidente, procedeu-se à composição da mesa, que se fez como relacionado abaixo:

- Guilherme de Sá Meneghin;
- Airton Antônio Sales;
- Fernando de Oliveira Souza;
- Romeu Geraldo de Oliveira;
- Marta de Jesus Arcaño;
- Mônica dos Santos;
- Duarte Junior;
- José Luiz Furquin;
- Juliano Vasconcelos.

Os trabalhos se iniciaram com a apresentação aos presentes de reportagens jornalísticas que noticiaram o desastre tecnológico à época de sua ocorrência, bem como a criação da fundação destinada à reparação dos danos. Guilherme de Sá Meneghin, Promotor de Justiça de Mariana,

Guilherme de Sá Meneghin
Promotor de Justiça



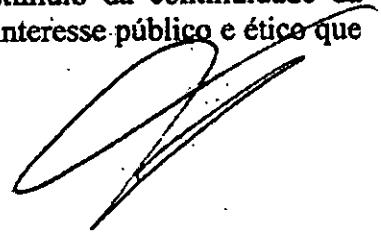
agradeceu a presença da comunidade, ressaltando a importância da participação popular para a fiscalização por parte da sociedade; agradeceu a presença de todos os representantes que compõem a mesa e frisou a importância de se compreender a finalidade da audiência pública, qual seja, avaliar as atividades da Fundação Renova, que é a reparação dos danos aos atingidos, e coletar informações claras e precisas sobre a percepção do andamento destas atividades para posteriores encaminhamentos. Em seguida, explicou como funcionaria a dinâmica da audiência e pontuou a seriedade do ato administrativo-jurídico.

Passou-se então a palavra ao Prefeito Duarte Júnior, que saudou os presentes. O Prefeito cumprimentou os membros da mesa e ressaltou a parceria com a Prefeitura, bem como a importância de se ouvir a comunidade e compreender como a Prefeitura pode responder da forma mais rápida possível aos seus anseios. Enalteceu a formação das comissões de atingidos; agradeceu a prestação de serviços da Cáritas e frisou a pertinência da temática da audiência. Em seguida, discursou sobre a necessidade de envolvimento das empresas locais no processo, sinalizando o problema da falta de contratação de trabalhadores locais por parte da Fundação Renova. Pontuou que, enquanto o índice de desemprego em nível nacional se encontra em 13,7%, em Mariana este índice chega a 24,8%. Duarte Júnior pontuou ainda que o principal caminho para recolocação do trabalhador deve ser o SINE. Ressaltou a importância de que toda a mão-de-obra contratada seja local, na medida de suas qualificações. Por isso, é muito importante que a fundação acompanhe a contratação das empresas, verificando se os trabalhadores são realmente locais.

Dr. Guilherme deu continuidade à audiência, mencionando a questão da empresa Gonçalves e Costa, que foi contratada pela Fundação Renova para prestar serviços e, para tanto, contratou fornecedores locais, mas que, segundo informações, não teria repassado aos mesmos os valores devidos pelos serviços prestados, deixando uma dívida de mais de um milhão de reais. Em seguida, passou a palavra aos presentes.

O primeiro representante a falar foi o senhor Fernando de Oliveira Souza, que representa um grupo de 28 fornecedores e aponta que a empresa Gonçalves e Costa abandonou a obra que realizava, deixando uma dívida de 1 milhão e 700 mil reais; afirma que procuraram a Câmara dos Vereadores, sendo a Fundação Renova notificada, que compareceu afirmando que não tinha a obrigação de efetuar o pagamento da dívida. A Câmara e a Prefeitura abraçaram a causa dos fornecedores, entrando em contato com a fundação e realizando um acordo para o pagamento da dívida, o que deverá ser feito até a próxima semana. Fernando deu alguns exemplos de fornecedores que estão em situação precária e demitindo funcionários e destacou que somente após manifestação dos fornecedores, que fecharam a rodovia, é que a Renova se dispôs a fechar o acordo. Pontuou que espera e acredita no recebimento do recurso. Agradeceu o apoio da Câmara de Vereadores, ao Promotor de Justiça Guilherme Sá e ao Prefeito, que interveio de forma direta para a resolução do conflito.

Em seguida, passou-se a palavra para Carolina Cândido, psicóloga que foi contratada para trabalhar diretamente com a população atingida. Carolina disse que hoje trabalha inserida nos equipamentos públicos de assistência; que gostaria de expor que foram contratados para referenciar as pessoas que vieram em caráter emergencial das cidades 40 profissionais de assistência social e saúde mental. Que, após quatro meses, solicitaram a renovação do contrato, diante da necessidade de continuidade do trabalho. Que vêm sendo tratados de forma desrespeitosa; que a Fundação Renova oferece apenas contratos de trabalho de dois meses, renováveis por mais dois, sem quaisquer garantias de continuidade do trabalho de acompanhamento da assistência aos atingidos. Gostaria de ressaltar a amplitude do trabalho que foi realizado por esses profissionais; afirmou que o resultado deste trabalho, bem como dos projetos realizados, estão disponíveis para acesso a qualquer interessado. Disse que a população necessita de garantia de continuidade desses projetos e outros vindouros. Gostaria de colocar a questão salarial, que, segundo ela, tem sido desrespeitoso. A Fundação Renova não dialogou com os profissionais, que não têm suas demandas atendidas. Os salários que vêm sendo pagos são vexatórios; há tentativa de desestímulo da continuidade da atuação dos profissionais junto à população. Por fim, afirmou que é de interesse público e ético que o trabalho exercido por estes profissionais seja mantido.





Em seguida, passou-se a palavra para Maíra, também psicóloga, trabalhadora da saúde mental, contratada desde o rompimento da barragem. Segundo Maíra, o trabalho desenvolvido está passando por vários atravessamentos por parte da fundação: há precariedade na renovação dos contratos, ausência de garantia de estabilidade, o que prejudica a continuidade do trabalho. A fundação fez a troca da empresa terceirizada (antes a empresa encarregada era a SME, agora é a empresa Contexto Consultoria). A gestão municipal teria assegurado a continuidade do trabalho na transição, afirmando que os trabalhadores receberiam retroativamente, o que ainda não ocorreu, nem há garantias de que ocorrerá. Havia um acordo com a Secretaria de Saúde de que os salários seriam equiparados ao do servidor municipal, mas, entretanto, na nova proposta, o salário é ainda inferior ao que recebiam antes pela SME, com contratos renovados de dois em dois meses. Segundo Maíra os atingidos reconhecem a importância dos atendimentos. Os trabalhadores acabaram assinando o contrato para garantir o vínculo, mas diz que esperam o posicionamento da Secretaria, do MP e da Fundação Renova por não concordarem com os termos deste contrato de trabalho.

O próximo a falar foi Tiago Alves, da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens, responsável pelo acompanhamento dos atingidos até a comunidade de Regência, no ES. Diz que é Morador de Barra Longa e questionou se, entre os atingidos pelo rompimento da barragem, alguém foi chamado para ouvir a proposta do que seria a Fundação Renova e qual seria o melhor modelo para sua criação. Ressalta que ninguém foi chamado para debater sobre esse tema. Afirmou que a Fundação Renova é um instrumento ilegítimo e autoritário; que a fundação vem atuando como “mineradora”, apoiando os interesses da Samarco. Que a fundação não representa os atingidos, pois esses não foram chamados para dialogar sobre sua criação. Que a Fundação Renova não tem validade jurídica. Tiago apresenta a experiência da comunidade Gesteira: segundo o mesmo, após 19 meses, nada foi feito; as pessoas continuam morando de aluguel e não participaram dos processos de negociação. O que explicaria uma fundação tão grande ainda não ter resolvido esse problema? Afirmou que, dialogando com as psicólogas, tomou conhecimento de que o grupo está escrevendo um ofício ao MPF para tratar da necessidade de haver um psicólogo e um psiquiatra na comunidade, mas na mudança da SME para a Contexto, a psicóloga foi demitida sem explicações. Os psicólogos e psiquiatra reivindicam ao MPF a participação no planejamento de sua atividade; o tema da saúde mental é muito importante e a Samarco o desconsidera. Afirmo ainda que a mineração é atividade importante e legítima; que o trabalho é direito das pessoas, mas é preciso uma mineração que traga segurança para a comunidade; é preciso reunir numa única frente os trabalhadores da mineração, atingidos, fornecedores, comerciantes e demais envolvidos, para discutir um plano de desenvolvimento da região, com recursos mistos, garantindo emprego e renda a longo prazo. Parabenizou aos fornecedores por seu movimento organizado e ressaltou a importância da luta social como necessidade para a garantia de direitos.

Em seguida, Max Vasconcelos, pesquisador do GESTA/UFMG, afirmou que o Gesta atua há 15 anos no estudo dos conflitos ambientais e que desde o desastre vem acompanhando os programas para reparação dos danos dos atingidos. Ressaltou que a situação dos atingidos é de extrema vulnerabilidade. Segundo Max, o “acordão” é instrumento ilegítimo; o cadastro integrado é falho; há necessidade de reformulação desse ponto. Os atingidos estão sendo estigmatizados; sua luta política e mecanismos vêm sendo alvo de críticas infundadas. Ressaltou a necessidade do cuidado aos atingidos para não aumentar a sua vulnerabilidade. O atraso da reparação dos danos pela Renova decorre da ilegitimidade do processo de criação dos seus programas.

A próxima a falar foi Rosária Ferreira Duarte Frade, atingida da comunidade de Paracatu de Baixo, que faz parte da comissão dos atingidos. Rosária reclama da morosidade com que os interesses dos atingidos vem sendo tratados. Já faz quase dois anos do incidente e até hoje os atingidos vêm sendo tratados como questão de “caráter emergencial”; sendo que já passou do momento de ações mais concretas. Que acredita que a expectativa de reassentamento em 2018 ou 2019 não será cumprida, pois até hoje a fundação não concretizou a compra dos terrenos. Há a impressão de que não estão obtendo resultados concretos. Reivindica a compra imediata dos terrenos e outras tratativas para reparação dos danos. Afirmou que a situação atual dos atingidos hoje é como se tivessem dado uma “pausa” na vida; que os mesmos estão muito aborrecidos com



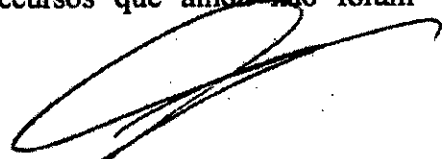
essa situação. É necessário medir esforços das partes envolvidas no sentido de garantir os direitos dos atingidos de Minas ao Espírito Santo. Em relação a Paracatu, os terrenos ainda não foram comprados (que em Bento Rodrigues o terreno já foi comprado, mas ainda não legalizado); até agora não há nenhuma providência concreta de construção. Pede que não se fechem os olhos para as outras comunidades ao longo da bacia, não apenas Bento Rodrigues. Que mais esforços sejam implementados para a efetividade dos direitos. Indaga até quando serão tratados como emergenciais, até quando viverão recebendo cartão. Quer respeito por parte das empresas e Fundação Renova.

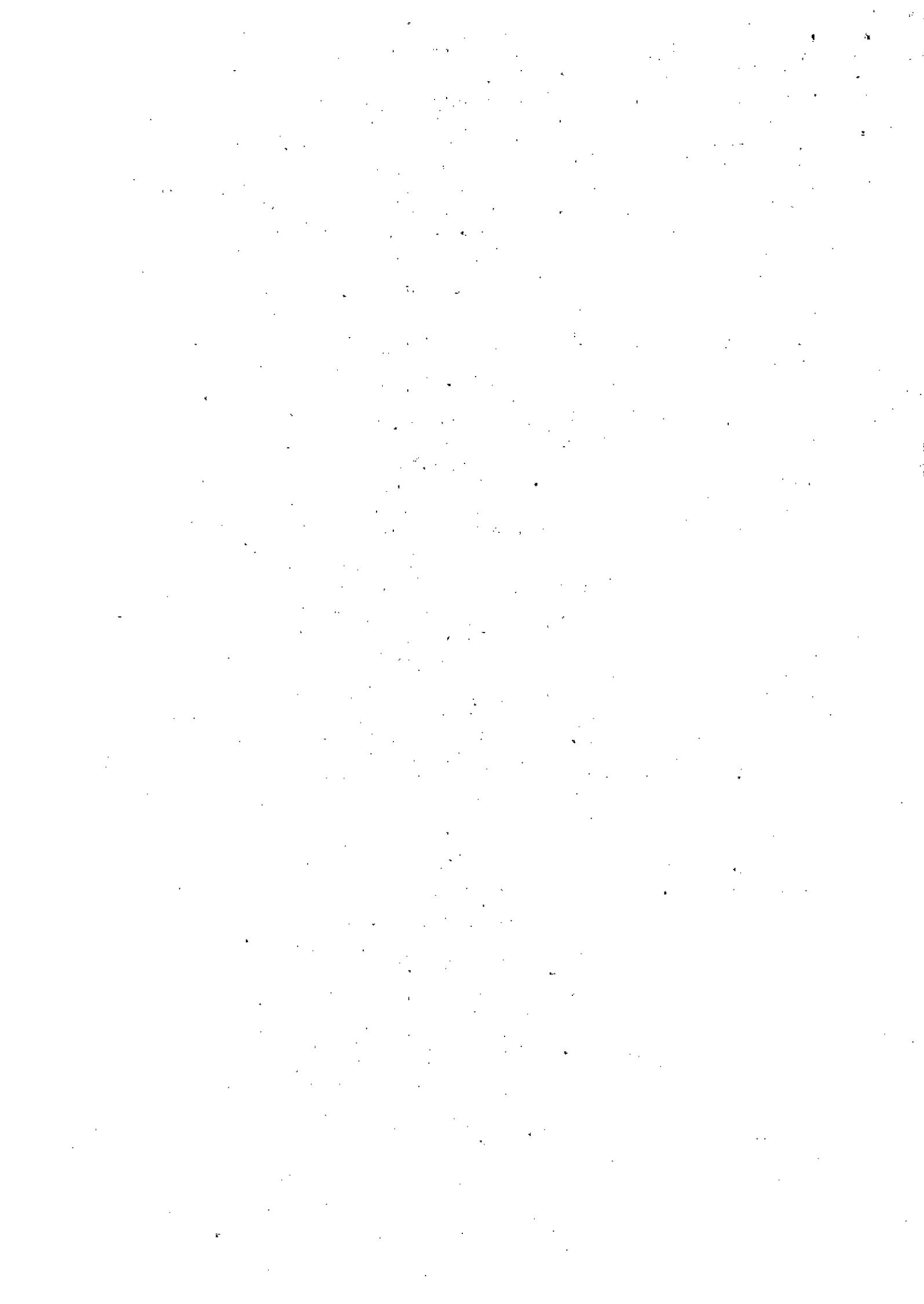
Mauro Marques da Silva, atingido da comunidade de Bento Rodrigues, afirmou que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não morreram; que existe a luta pela conservação da memória. Contou que Bento Rodrigues foi fundada em 1710; naquela época existiam vários escravos e hoje em dia os escravos do presente vivem a ilusão de que são trabalhadores. Afirmou que desde o rompimento houve estardalhaço por parte das autoridades; que desde o fatídico dia, viram que sua luta seria grande. Que se encontrando no dia seguinte ao desastre na Promotoria, Dr. Guilherme lhe disse que enquanto os holofotes estivessem voltados para Mariana, todos estariam ali, mas que depois, todos desapareceriam. Que a luta se desdobrou em reuniões e audiências incansáveis para estabelecer os direitos; que a Fundação Renova foi criada e nada mudou; que a fundação só realiza o básico, mesmo assim quando provocada pelo Ministério Público. Como confiar naquele que fez vítimas e hoje querem cuidar das mesmas? As ações da fundação não estão sendo suficientes para reparar os danos. Gostaria que a Fundação Renova respondesse às ações pleiteadas dos atingidos, não apenas as do MP. Ressalta a luta árdua dos atingidos, mas tem a convicção de que no final todos sairão fortalecidos.

Em seguida, a atingida Janaína pede que a Fundação Renova assuma a responsabilidade pelo crime cometido pela Samarco. Questionou que o presidente da fundação deveria estar presente para responder se os atingidos vão ou não receber suas casas. Há um jogo de "empurra-empurra" entre fundação Renova e a Prefeitura. Questionou a política de fornecimento de ração para os animais dos atingidos. Afirmou que os atingidos apenas querem o seu direito, sua casa e seu sossego, ou seja, o que foi construído ao longo da vida por eles. Afirmou que não reconhece Fundação Renova; que não há garantias de que receberão alguma coisa por parte da fundação. Afirmou ainda que cada atingido é que sabe o valor de seus bens, que não é a fundação que tem que dizer o valor de cada coisa. Pede que a Fundação Renova assuma o seu papel e a Samarco cumpra com os seus deveres.

Na sequência falou Valdir Ramos de Oliveira, diretor Presidente da empresa Incorpore, sediada em Mariana há 28 anos. Segundo Valdir, os empresários não vinham sendo convidados para as concorrências pela Fundação Renova. Quando começaram a ser chamados, perderam as três primeiras concorrências, mas que agora sua empresa ganhou a concorrência para reassentar 20 famílias, em um contrato de 18 meses. Segundo ele, a Fundação Renova acena com projeto de qualificação e reestruturação financeira das empresas locais, por isso, é preciso dar um voto de confiança à fundação para que ela possa responder aos questionamentos e se parta para um novo patamar na reparação dos danos.

Em seguida, Juliano Duarte, vereador, representante do Poder público, citou a importância da audiência pública. Afirmou a necessidade que a comunidade terá em conviver com a Fundação Renova por um longo tempo ainda. Que reconhece as perdas dos atingidos. Afirmou que quando do rompimento da barragem, era Secretário de saúde. Que foi feito um plano pós rompimento da barragem, solicitando a contratação de profissionais de saúde para atendimento aos atingidos. Conseguiram que os contratos tivessem duração de um ano, renováveis por igual período. Foram formadas equipes multidisciplinares de acompanhamento. Que a intenção era que o plano prosseguisse até que todos os atingidos estivessem reassentados. Contudo, a empresa Contexto, recentemente contratada, vem agindo com desrespeito aos profissionais, obrigando-os a assinatura de contratos precários. Que está agendada reunião na Câmara com a Fundação Renova para discutir questões pertinentes aos salários dos profissionais de saúde. Afirmou que houve o aumento de casos de saúde mental, logo, a importância da manutenção da qualidade do trabalho. No início, não se imaginava a dimensão dos impactos; houve o dispêndio de recursos que ainda não foram





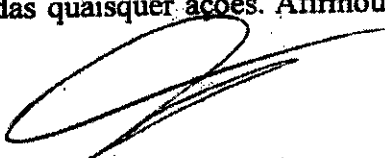
ressarcidos à Prefeitura pela Samarco. O vereador mencionou ainda o problema da contratação dos fornecedores que não foram pagos pela empresa Gonçalves e Costa, que foi contratada sem apresentar nenhum bem patrimonial sequer como garantia, embora com indicação da própria Samarco, deixando o contrato com um calote de mais de um milhão de reais em dívidas aos fornecedores. Afirmou que espera que a empresa cumpra o acordo. Por fim, disse que a Fundação Renova tem prioridade para contratação da mão-de-obra de Mariana. Que não é contra a mineração, mas é importante que as vidas sejam respeitadas.

José Carlos Honorato, representante dos atingidos, afirmou que gostaria de saber por que a Fundação Renova contratou empresas que trouxeram a mão-de-obra de fora. Que, em ocasião que foram chamados para prestar contas do trabalho da Caritas na Câmara, teve vergonha de se sentir marianense, pois foram tratados de forma desrespeitosa pelo Presidente da Câmara, tão logo o Promotor saiu da reunião. Que os vereadores chamaram a polícia para os mesmos. Questiona por que os vereadores não os apoiaram quando precisaram; apenas a Caritas e a Promotoria os estão ajudando. Afirmou que um dos vereadores os ameaçou, dizendo que a Câmara poderia demorar com a aprovação do plano diretor.

Luzia Nazaré, representante dos atingidos da comissão de Paracatu de Baixo, afirmou que seu marido é nascido naquelas terras; que esta é uma comunidade familiar, localizada em um vale belíssimo e que não escolheram ali à toa: o local tem história e não querem sair dali. A fundação coloca que eles têm que aceitar a escolha aleatória do local onde serão reassentados. Paracatu é comunidade rural, logo, não teriam que ser encaixados em plano diretor algum. Afirmou que a fundação realizou um cadastro vergonhoso; que os atingidos estão reformulando tal cadastro, pois perceberam que não tinha nada a ver com a sua realidade. Declara que saiu de seu emprego para comparecer a todos os encontros necessários. Afirmou que os atingidos não têm meios suficientes para buscar os seus direitos; comparou com a situação de trabalhadores de empresas que são capacitados para o serviço, mas os atingidos simplesmente são atingidos, não existe curso para saber como ser "atingido". Que, sendo atingidos, ganharam uma marca que levarão eternamente em suas vidas. Declara que lutará pelo seu povo e sua família, e quem mais necessitar de ajuda. Afirmou que é vergonhoso o desrespeito com que as equipes de saúde estão sendo tratadas; que assim estes profissionais não terão estrutura para cuidar dos atingidos. Afirmou que os atingidos escolheram a Caritas por meio de processo seletivo criterioso, com profissionais que já estiveram em áreas de conflito, por isso aprenderam a lidar com essa população. O que é feito hoje pelos atingidos foi aprendido na prática, e encontraram apoio na equipe da Caritas, que possui em seu corpo profissionais abnegados e capacitados. Quem está distorcendo a palavra dos atingidos não sabe a realidade que vivenciam. Por fim, afirmou que os atingidos estão servindo como objeto de troca; se não querem que os atingidos incomodem, que se resolva sua situação.

Marino Júnior, morador de Paracatu de Cima, representante dos sitiantes, afirmou que a principal atividade da região era a pecuária e a agricultura, que nunca dependeram da mineração. Têm uma associação constituída há 14 anos, com 115 famílias associadas, sendo que 42% deles foram afetados pela barragem. Ressalta para a Fundação Renova que não estão pedindo esmola, apenas o que é seu direito. Que a Fundação Renova vem fazendo muito pouco para os produtores rurais. Que a fundação tem realizado visitas pontuais com o objetivo de avaliar o quantitativo da ração fornecida, mas que, ao invés de melhorar, tem reduzido a quantidade de ração. Que as pessoas usavam a margem do rio, mas hoje a fundação impediu esse uso pelos moradores da comunidade. Ressaltou a necessidade de mais ações voltadas para a atividade econômica. Declara que começou tratamento de saúde mental e hoje não há mais psiquiatra para atender à demanda da comunidade; houve o desligamento dos laços pessoais e comunitários e que todos estão sofrendo muito com essa situação. Que a Fundação Renova assumirá o compromisso de tratar os problemas causados aos atingidos.

Fábio, professor do ICHS/UFOP, afirmou que foi convidado para uma reunião na qual apenas alguns eram representantes da comunidade (programa Mariana 2030); que não estão sendo contratados profissionais locais para as consultorias. Que está esperando ser chamado para o Comitê Gestor daquele programa, mas que até agora não foram implementadas quaisquer ações. Afirmou





87

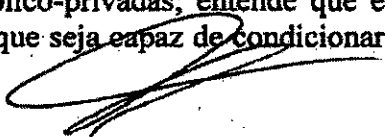
que as grandes empresas não ajudarão a população local; há necessidade de se pensar um novo modelo econômico e de gestão. O minério acabará; é ilusão achar que a mineração trará o desenvolvimento, pois, desde o período colonial, a mineração não está trazendo nenhuma riqueza de fato. As divisas não ficam no município; quando ficam, é um valor inexpressivo. Portanto, quem produziu o dano deve ressarcir os prejuízos.

Rafael Drummond, jornalista responsável pelo jornal Sirene, jornal da comunidade dos atingidos de Mariana, questiona a Fundação Renova sobre a alegada autonomia da fundação face as empresas controladoras. A autonomia é falsa; não existe na prática. Como então se pode acreditar numa fundação que tem em seu quadro pessoas que já trabalharam para a Samarco? O vocabulário usado pela fundação deixa claro que ela não reconhece os direitos dos atingidos ('acidente', 'impactados'). A Fundação Renova funda-se num crime. A propaganda é enganosa, as ações são incompetentes, não estão atendendo as necessidades básicas dos atingidos. Qual a ética na publicidade da fundação, vendendo as ações como se fosse "responsabilidade social"? Como se dá a legalidade dos projetos desenvolvidos em parceria com a Prefeitura? Como acontece o jogo de empurra-empurra; como o Poder Público deve se colocar diante da fundação? Que tipo de sociedade pretendemos ser? Quanto vale uma tonelada de minério retirado da natureza? A comunidade não faz ideia desta realidade e os moradores pedem a volta de uma empresa que não tem compromisso com eles. Finalizando sua fala, Rafael parabeniza os atingidos como guerreiros que lutam como gigantes, e que estão se saindo muito bem.

Tcharlie, representante da comissão Paracatu de Baixo, afirmou que acompanha a trajetória dos acontecimentos desde o dia do desastre. Pede ajuda aos órgãos envolvidos para a compra dos terrenos. Afirma que a fundação tem cometido erros, deixando de fora a comunidade rural. A assistência dada pela Cáritas auxiliou na verificação de que o terreno inicialmente escolhido não era adequado. Pede maior presença do município na comunidade (Prefeito e Vereadores). Mencionou a falta de respeito no tratamento dado aos atingidos na Câmara Municipal. Agradeceu ao Promotor de Justiça Guilherme pelo apoio prestado até agora.

Passando a palavra para os representantes da Fundação Renova, o Promotor de Justiça Guilherme questiona se a fundação assumirá a dívida de mais de 1 milhão deixada pela empresa Gonçalves e Costa, e se a fundação contratará o pessoal local, principalmente os da área psicossocial.

Assumindo a palavra, José Luiz Furquin agradeceu ao convite e optou em realizar sua manifestação por meio de slides. Afirma que a fundação não possui preparo para tudo, mas é capaz de ouvir os atingidos. A Renova é uma fundação única, reconhecida por um braço do Ministério Público; não tem fins lucrativos e é autônoma frente às mantenedoras. Afirma que possuem a meta de que 50% dos insumos sejam comprados localmente; querem ampliar as parcerias locais. Sobre o desenvolvimento de fornecedores locais, afirmou que organizaram três eventos para tratar da temática. Acerca da contratação de mão-de-obra local, indica que haverá 1,6 bilhão de investimento nos próximos quatro anos. Contudo, expressa que precisam pensar regionalmente e não só em Mariana. Afirma que irão gerar até seis mil postos de trabalho em 2018. Quanto a contratar somente mão-de-obra local, alega que é uma questão complicada, mas que atualmente 73% dos seus funcionários são locais. Afirma que possuem um programa de qualificação profissional para 2.800 pessoas, da região de Mariana até Candonga. Sobre os produtores rurais, disse que desde 2015 iniciou-se o atendimento a essas propriedades. Atualmente atendem 100% das propriedades atingidas em Mariana (cerca de 126). Trabalham com a adequação econômica e ambiental das propriedades rurais. Sobre os reassentamentos, disse que atualmente estão trabalhando com a revisão do plano diretor, para obter o licenciamento ambiental, levantando informações básicas para os projetos das casas. É preciso encontrar uma forma de dialogar individualmente com cada família. Nos próximos meses pretendem validar o projeto urbanístico de Paracatu de Baixo: dos nove terrenos, cinco ainda estão em negociação. Afirma que estão estimulando a integração da comunidade, para manter o modo de vida, pensando no momento do reassentamento. Em relação às questões da saúde, disse que é um ponto delicado as parcerias público-privadas; entende que é interessante desenhar um modelo em conjunto com o Poder Público, que seja capaz de condicionar







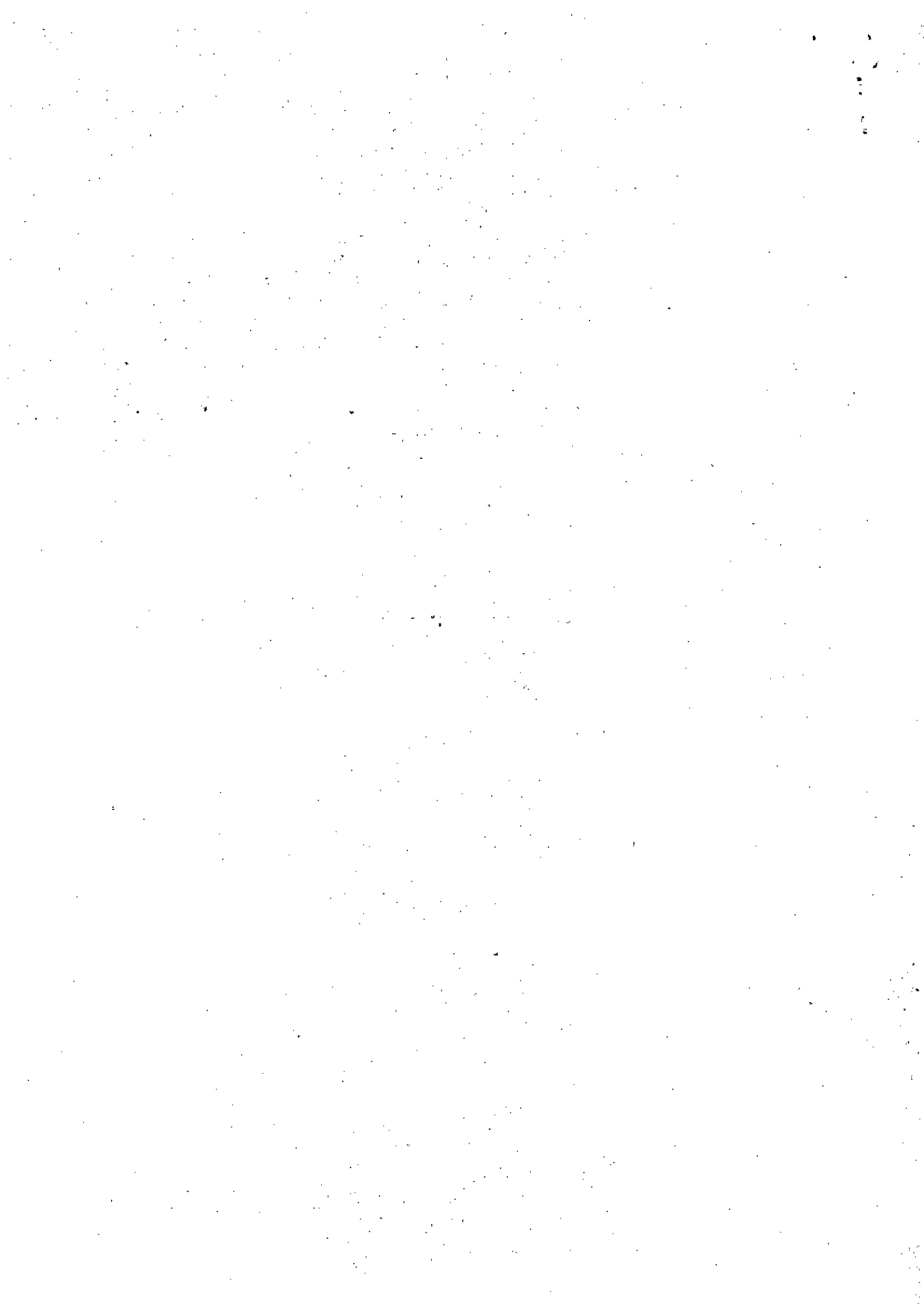
o município a realizar a gestão por si só. A ideia é repassar todo o recurso para a Secretaria de Saúde e a gestão ficaria toda sob responsabilidade do Município. Garante que a remuneração dos profissionais está alinhada com o mercado regional; que a Prefeitura realmente paga mais. Pede participação do Ministério Público para auxiliar na elaboração do modelo de gestão. Afirmar que contrataram a empresa Contexto, a princípio provisoriamente, e que posteriormente seria contratada pelo prazo de dois anos.

Em seguida, passou-se a palavra para Giosan, também representante da Fundação Renova, que afirmou que comprarão a dívida da empresa Gonçalves e Costa, garantindo o pagamento dos fornecedores e posteriormente cobrarão o recurso dispendido. Afirmar que com isto estão cumprindo um papel social, mas que não tem a responsabilidade sobre essa dívida. O pagamento será feito em até seis dias.

Após as falas dos expositores, o Dr. Guilherme de Sá Meneghin retomou a palavra afirmando que questões como a melhora do atendimento psicossocial já pode ser implementada e que a questão da quitação da dívida com os fornecedores ficou garantida pela Fundação Renova. Finalmente agradeceu a presença de todos, garantindo que a ata será encaminhada a todos os órgãos e entidades envolvidos e encerrou os trabalhos. As atividades foram encerradas às 21h15.

Mariana, 20 de junho de 2017.


Guilherme de Sá Meneghin
Promotor de Justiça





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Procedimento Administrativo n. 0400.17.000070-9

DESPACHO

Vistos etc.,

Cuida-se de Procedimento Administrativo (PA) instaurado para fiscalização das ações da Fundação Renova em Mariana, tendo em vista diversas reclamações recebidas pela 2ª Promotoria de Justiça de Mariana sobre a referida pessoa jurídica. De acordo com a portaria de inauguração (cf. fl. 02):

Procedimento Administrativo. Fundação Renova. Fundação instituída pela Samarco, Vale e BHP para reparar direitos violados pelo desastre da barragem de Fundão, da Samarco Mineração. Reclamações contra Fundação Renova. Empresários informam inadimplência de empresa contratada pela Fundação Renova, que se recusa a pagar as dívidas. Ausência de contratação de mão de obra local. Carência de contratação de empresas locais. Atraso nas ações para reparação dos direitos dos atingidos. Problemas causados pela Fundação Renova em Mariana. Necessidade de avaliação da atuação da Fundação Renova em Mariana.

Com efeito, a referida fundação foi constituída pelas empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton, para executar as ações de reparação aos danos socioeconômicos e ambientais causados pelo desastre tecnológico da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, conforme art. 5º de seu estatuto (datado em 28/06/2016 – cf. cópia das páginas iniciais às fls. 145-146).

Antes de examinar as diligências empreendidas no procedimento, dois esclarecimentos são necessários.

Primeiramente, a constituição da Fundação Renova não atenua nem elimina a responsabilidade das empresas Samarco, Vale e BHP pelos danos causados em decorrência do desastre. Não há dúvida de que a barragem era operada pela

Guilherme de Sá Meneghini
Promotor de Justiça





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Samarco e que os dois sócios dessa empresa são a Vale e a BHP, cada uma possuindo 50% das ações da Samarco.

Em segundo lugar, a legalidade da Fundação Renova não é objeto do PA. Como se sabe, a homologação do acordo entre União, Estados, Samarco, Vale e BHP foi anulado pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo que essa questão compete à Justiça Federal examinar. Todavia, não impede a atuação ministerial na defesa coletiva dos direitos as vítimas do desastre, sobretudo na Comarca de Mariana.

Decerto, o Ministério Público de Minas Gerais, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, ajuizou diversas ações contra a Samarco, Vale e BHP, todas tramitando nas varas da Comarca de Mariana, com o objetivo de reparar os direitos das vítimas do referido desastre.

É importante enfatizar que várias decisões mantiveram a competência da Justiça Estadual, em Mariana, para processar e julgar essas demandas. Consequentemente, a atribuição da Promotoria de Justiça de Mariana para atuar na defesa coletiva dos direitos das vítimas do desastre foi assegurada. Destaca-se o último acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no agravo de instrumento interposto contra a decisão que resultou no bloqueio de 300 milhões de reais da Samarco, no processo cautelar n. 0400.15.003989-1, para garantir recursos necessários à indenização e ao reassentamento:

Embargos de declaração - preliminar de incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual - decisão da Justiça Comum Federal - retorno dos autos ao julgo estadual - perda superveniente do objeto - condenação com base nos art. 81 e 1.021, §4º, do Código de Processo Civil de 2015 - não cabimento - acolhimento parcial. 1. Compete à Justiça Comum Federal decidir se a questão discutida no processo originário extrapola ou não o interesse local, ou mesmo se o objeto dessa demanda possui relação, está contido, ou pode ser afetado por decisões proferidas na ação originária. **2. Havendo decisão da Justiça Comum Federal reconhecendo não existir interesse da União no feito e determinando a devolução dos autos à Justiça Estadual, patente a perda superveniente do objeto da preliminar de incompetência absoluta acolhida no julgamento do agravo interno.** 3. Não se verificando conduta tipificadora de litigância de má-fé, tampouco tendo sido o agravo interno declarado manifestamente inadmissível ou não provido em votação unânime, não há de se falar em condenação das multas previstas nos art. 81 e 1.021, §4º, do Código de Processo Civil de 2015. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

1.0400.15.003989-1/005 - COMARCA DE MARIANA - 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS - EMBARGANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMBARGADO(A)(S): SAMARCO MINERAÇÃO S.A. - INTERESSADO(S): UNIÃO (TJMG - Embargos de Declaração-Cv 1.0400.15.003989-1/005, Relator(a): Des.(a) Marcelo Rodrigues, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/03/2017, publicação da súmula em 17/03/2017)

Nesse contexto, a Fundação Renova foi constituída para reparar os direitos lesados pelo desastre, todavia, após diversas reclamações sobre a atuação da entidade, verificou-se que suas ações e omissões podem agravar os problemas. Dentre as notícias recebidas pelo Ministério Público, formal e informalmente, constam as seguintes:

- *Inadimplência da empresa Gonçalves & Costa, contratada da Fundação Renova para fazer obras de recuperação ao longo da área impactada.* Essa empresa obteve serviços de 28 fornecedores/empresas de Mariana e região, mas não pagou pelos produtos e serviços adquiridos, gerando prejuízo estimado em R\$ 1.780.000,00. Em reunião com os empreendedores, representantes da Fundação Renova rejeitaram a assunção da dívida, conforme ata de reunião da Câmara Municipal de Mariana (fls. 10-13). Os empresários compareceram ao Ministério Público e prestaram essas informações às fls. 04-08 e 33;
- *Carência de contratação de mão de obra e fornecedores/empresas locais, aprofundando a crise e o desemprego em Mariana.* Uma das diretrizes da entidade é priorizar a contratação de mão de obra local o que, segundo alguns interlocutores, não vem ocorrendo. Dados do Sistema Nacional de Emprego de Mariana (CAGED-SINE) comprovam que a taxa de desemprego em Mariana está em 24,8%, certamente uma das maiores do país (cf. fl. 60);
- *Atraso e ineficiência nas ações desenvolvidas para garantir os direitos das vítimas do desastre, no que tange ao reassentamento das comunidades destruídas (Bento Rodrigues e Paracatu), indenizações dos prejuízos causados aos atingidos e apoio aos produtores rurais afetados com a*





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

passagem da lama em suas glebas. No curso do acompanhamento do Ministério Público acerca das ações referentes ao levantamento de danos e aquisição dos terrenos, vários problemas surgiram como o registro dos imóveis para os reassentamentos e impasses quanto aos direitos violados que seriam passíveis de reparação.

Verificou-se, ainda, que Fundação Renova vem descumprindo requisição ministerial. O Ministério Público requisitou, por meio dos ofícios 18/2017/2ª PJ/DH e 21/2017/2ªPJ/DH, dados técnicos que estão a cargo da Fundação Renova, referentes ao *patrimônio cultural dos atingidos* (material e imaterial) e o *mapa georreferenciado dos locais atingidos pela lama*. Tais documentos são imprescindíveis para diversas atividades executadas pelo Ministério Público na área de direitos humanos, especialmente na reformulação do cadastro de atingidos, cujo formulário inicial estava carregado de incorreções e, assim, vem sendo semanalmente corrigido pela assessoria técnica junto à Cáritas e com plena participação dos atingidos.

Decerto, entre 22 e 25 de maio de 2017, o gerente jurídico da Fundação Renova Victor Pimenta de Miranda recusou-se a fornecer esses dados, alegando, no primeiro caso, que já havia disponibilizado para a Promotoria de Patrimônio Cultural e, no segundo caso, questionou se havia algum inquérito relacionado ao tema (cf. fls. 133-135).

Vale registrar: a requisição ministerial deve ser cumprida, ainda que os documentos tenham sido encaminhados a outra unidade ministerial e mesmo sem a instauração prévia de inquérito civil, até mesmo porque os dados encaminhados podem fundamentar a instauração de um procedimento investigativo no âmbito do Ministério Público.

Infere-se dessa conduta desculpas meramente dilatórias, que resultaram em graves prejuízos aos atingidos e ao Ministério Público, que terá que reiterar as requisições, atrasando as ações necessárias à reparação dos direitos dos atingidos.





2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Além disso, essa conduta configura o delito tipificado no artigo 10 da Lei n. 7.348/1985:

Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

Deveras, percebendo a diversidade das reclamações relacionadas à Fundação Renova, o Ministério Público convocou audiência pública, com o objetivo de coletar de maneira ampla, pública e transparente, o maior volume de informações possíveis sobre os pontos acima elencados, nos termos do artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 e da Resolução n. 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assim, de acordo com os artigos 1º e 3º do Edital de convocação, anexado às fls. 17-19, foram estabelecidos os objetivos, a realização e a participação no evento:

Art. 1º A audiência pública de que trata este edital é uma das ações que integram o *Projeto de Fortalecimento das Ações de Apoio Comunitário desenvolvidas pelo MPMG para a Promoção, Garantia e Efetivação dos Direitos dos Atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão*, realizado pelo Ministério Público em parceria com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e a Fundação Ford.

Art. 3º A audiência pública tem como objetivo específico servir de espaço para o aprimoramento das finalidades institucionais do MPMG ligadas à defesa de direitos humanos e apoio comunitário em relação aos conflitos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015. Em especial, espera-se obter informações acerca:

1. da relação da Fundação Renova com as comunidades que sofreram deslocamento forçado em razão do rompimento da barragem;
2. da efetividade das ações desenvolvidas pela Fundação Renova em benefício dos produtores rurais;
3. da relação da Fundação Renova com os empresários lesados em decorrência do inadimplemento das obrigações pactuadas com suas terceirizadas;
4. da carência de contratação de mão de obra local para execução das ações da Fundação Renova.
5. da ausência de contratação de empresas locais para execução das ações da Fundação Renova.





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Assim, no dia 20 de junho de 2017, no Centro de Convenções de Mariana, foi realizada a audiência pública, entre 18h05m e 21h15m, com expressiva participação popular, conforme lista de presença e fotografias anexadas aos autos (fls. 82-106).

Vale transcrever os principais depoimentos coletados na audiência pública, descritos na ata às fls.82-88, com destaque para os principais trechos:

O primeiro representante a falar foi o senhor Fernando de Oliveira Souza, que representa um grupo de 28 fornecedores e aponta que a empresa Gonçalves e Costa abandonou a obra que realizava, deixando uma dívida de 1 milhão e 700 mil reais; afirma que procuraram a Câmara dos Vereadores, sendo a Fundação Renova notificada, que compareceu afirmando que não tinha a obrigação de efetuar o pagamento da dívida. A Câmara e a Prefeitura abraçaram a causa dos fornecedores, entrando em contato com a fundação e realizando um acordo para o pagamento da dívida, o que deverá ser feito até a próxima semana. Fernando deu alguns exemplos de fornecedores que estão em situação precária e demitindo funcionários e destacou que somente após manifestação dos fornecedores, que fecharam a rodovia, é que a Renova se dispôs a fechar o acordo. Pontuou que espera e acredita no recebimento do recurso. Agradeceu o apoio da Câmara de Vereadores, ao Promotor de Justiça Guilherme Sá e ao Prefeito, que interveio de forma direta para a resolução do conflito.

Em seguida, passou-se a palavra para Carolina Cândido, psicóloga que foi contratada para trabalhar diretamente com a população atingida. Carolina disse que hoje trabalha inserida nos equipamentos públicos de assistência; que gostaria de expor que foram contratados para referenciar as pessoas que vieram em caráter emergencial das cidades 40 profissionais de assistência social e saúde mental. Que, após quatro meses, solicitaram a renovação do contrato, diante da necessidade de continuidade do trabalho. Que vêm sendo tratados de forma desrespeitosa; que a Fundação Renova oferece apenas contratos de trabalho de dois meses, renováveis por mais dois, sem quaisquer garantias de continuidade do trabalho de acompanhamento da assistência aos atingidos. Gostaria de ressaltar a amplitude do trabalho que foi realizado por esses profissionais; afirmou que o resultado deste trabalho, bem como dos projetos realizados, estão disponíveis para acesso a qualquer interessado. Disse que a população necessita de garantia de continuidade desses projetos e outros vindouros. Gostaria de colocar a questão salarial, que, segundo ela, tem sido desrespeitoso. A Fundação Renova não dialogou com os profissionais, que não têm suas demandas atendidas. Os salários que vêm sendo pagos são vexatórios; há tentativa de desestímulo da continuidade da atuação dos profissionais junto à população. Por fim, afirmou que é de interesse público e ético que o trabalho exercido por estes profissionais seja mantido.

Em seguida, passou-se a palavra para Maira, também psicóloga, trabalhadora da saúde mental, contratada desde o rompimento da



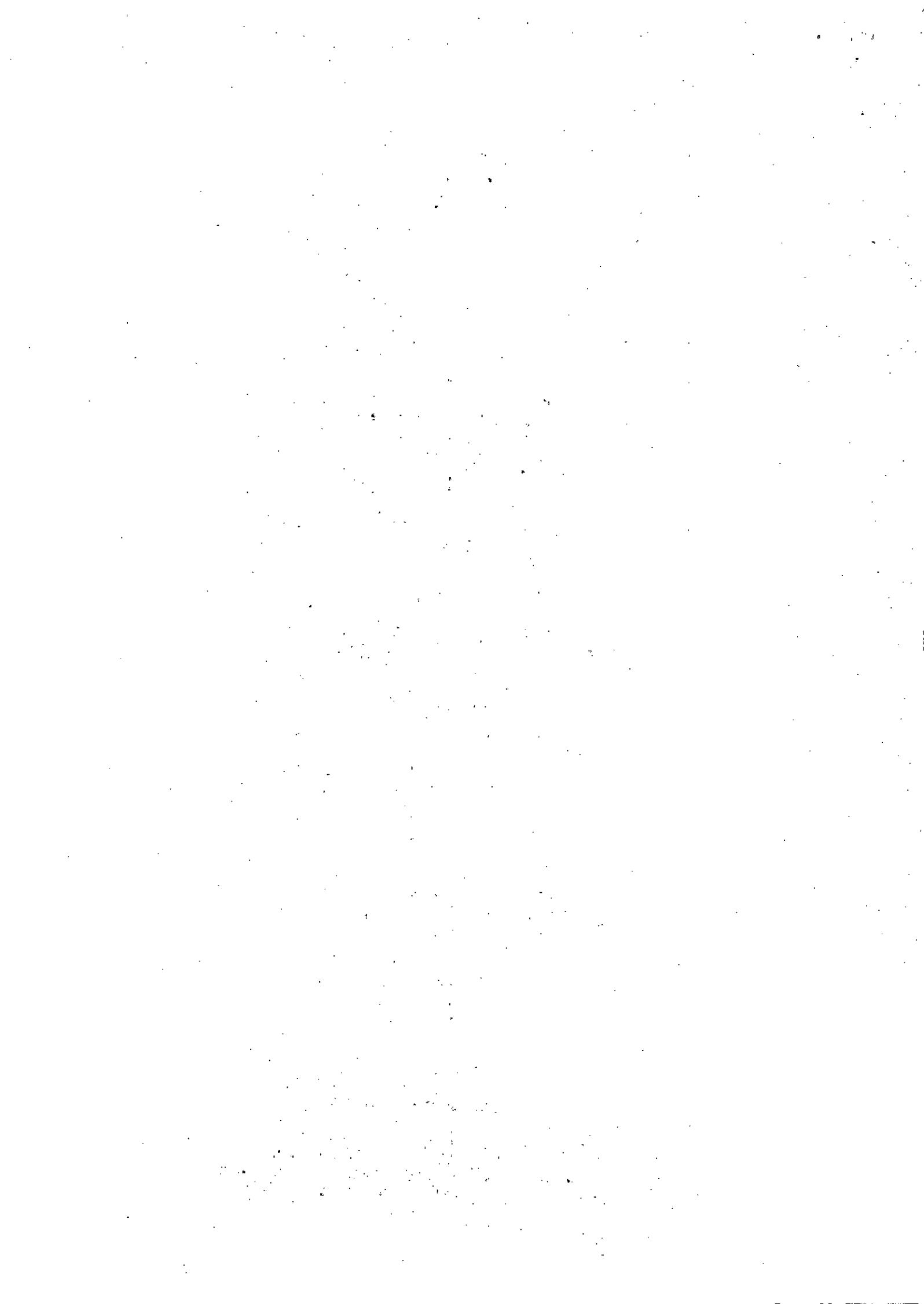


2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

barragem. Segundo Maíra, o trabalho desenvolvido está passando por vários atravessamentos por parte da fundação: há precariedade na renovação dos contratos, ausência de garantia de estabilidade, o que prejudica a continuidade do trabalho. A fundação fez a troca da empresa terceirizada (antes a empresa encarregada era a SME, agora é a empresa Contexto Consultoria). A gestão municipal teria assegurado a continuidade do trabalho na transição, afirmando que os trabalhadores receberiam retroativamente, o que ainda não ocorreu, nem há garantias de que ocorrerá. Havia um acordo com a Secretaria de Saúde de que os salários seriam equiparados ao do servidor municipal, mas, entretanto, na nova proposta, o salário é ainda inferior ao que recebiam antes pela SME, com contratos renovados de dois em dois meses. Segundo Maíra os atingidos reconhecem a importância dos atendimentos. Os trabalhadores acabaram assinando o contrato para garantir o vínculo, mas diz que esperam o posicionamento da Secretaria, do MP e da Fundação Renova por não concordarem com os termos deste contrato de trabalho:

O próximo a falar foi Tiago Alves, da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens, responsável pelo acompanhamento dos atingidos até a comunidade de Regência, no ES. Diz que é Morador de Barra Longa e questionou se, entre os atingidos pelo rompimento da barragem, alguém foi chamado para ouvir a proposta do que seria a Fundação Renova e qual seria o melhor modelo para sua criação. Ressalta que ninguém foi chamado para debater sobre esse tema. Afirmou que a Fundação Renova é um instrumento ilegítimo e autoritário; que a fundação vem atuando como "mineradora", apoiando os interesses da Samarco. Que a fundação não representa os atingidos, pois esses não foram chamados para dialogar sobre sua criação. Que a Fundação Renova não tem validade jurídica. Tiago apresenta a experiência da comunidade Gesteira: segundo o mesmo, após 19 meses, nada foi feito; as pessoas continuam morando de aluguel e não participaram dos processos de negociação. O que explicaria uma fundação tão grande ainda não ter resolvido esse problema? Afirmou que, dialogando com as psicólogas, tomou conhecimento de que o grupo está escrevendo um ofício ao MPF para tratar da necessidade de haver um psicólogo e um psiquiatra na comunidade, mas na mudança da SME para a Contexto, a psicóloga foi demitida sem explicações. Os psicólogos e psiquiatra reivindicam ao MPF a participação no planejamento de sua atividade; o tema da saúde mental é muito importante e a Samarco o desconsidera. Afirmou ainda que a mineração é atividade importante e legítima; que o trabalho é direito das pessoas, mas é preciso uma mineração que traga segurança para a comunidade; é preciso reunir numa única frente os trabalhadores da mineração, atingidos, fornecedores, comerciantes e demais envolvidos, para discutir um plano de desenvolvimento da região, com recursos mistos, garantindo emprego e renda a longo prazo. Parabenzou aos fornecedores por seu movimento organizado e ressaltou a importância da luta social como necessidade para a garantia de direitos.

Em seguida, Max Vasconcelos, pesquisador do GESTA/UFMG, afirmou que o Gesta atua há 15 anos no estudo dos conflitos ambientais e que desde o desastre vem acompanhando os programas para reparação dos danos dos atingidos. Ressaltou que a situação dos





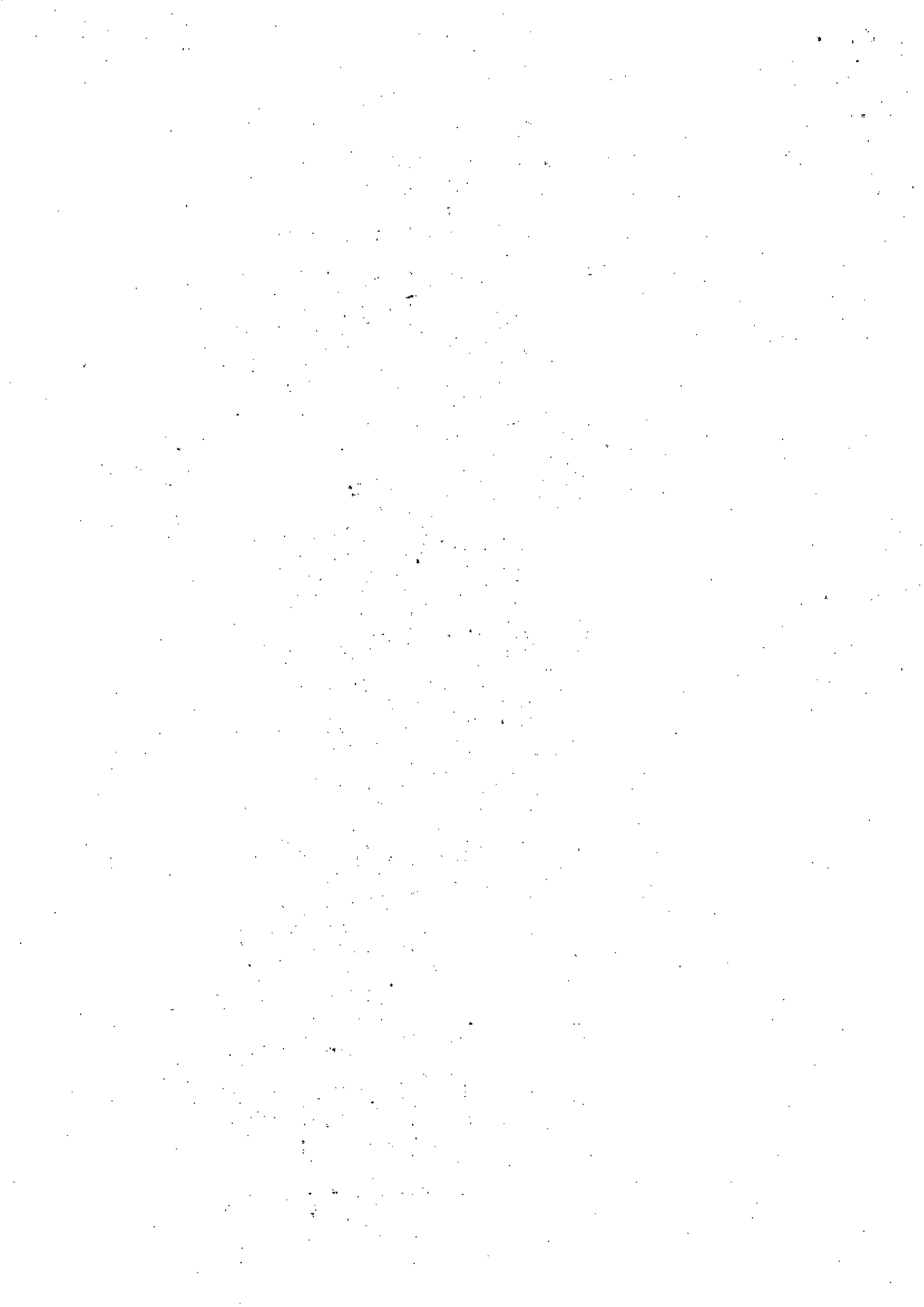
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

atingidos é de extrema vulnerabilidade. Segundo Max, o "acórdão" é instrumento ilegítimo; o cadastro integrado é falho; há necessidade de reformulação desse ponto. Os atingidos estão sendo estigmatizados; sua luta política e mecanismos vêm sendo alvo de críticas infundadas. Ressaltou a necessidade do cuidado aos atingidos para não aumentar a sua vulnerabilidade. O atraso da reparação dos danos pela Renova decorre da ilegitimidade do processo de criação dos seus programas.

A próxima a falar foi Rosária Ferreira Duarte Frade, atingida da comunidade de Paracatu de Baixo, que faz parte da comissão dos atingidos. Rosária reclama da morosidade com que os interesses dos atingidos vem sendo tratados. Já faz quase dois anos do incidente e até hoje os atingidos vêm sendo tratados como questão de "caráter emergencial"; sendo que já passou do momento de ações mais concretas. Que acredita que a expectativa de reassentamento em 2018 ou 2019 não será cumprida, pois até hoje a fundação não concretizou a compra dos terrenos. Há a impressão de que não estão obtendo resultados concretos. Reivindica a compra imediata dos terrenos e outras tratativas para reparação dos danos. Afirmou que a situação atual dos atingidos hoje é como se tivessem dado uma "pausa" na vida; que os mesmos estão muito aborrecidos com essa situação. É necessário medir esforços das partes envolvidas no sentido de garantir os direitos dos atingidos de Minas ao Espírito Santo. Em relação a Paracatu, os terrenos ainda não foram comprados (que em Bento Rodrigues o terreno já foi comprado, mas ainda não legalizado); até agora não há nenhuma providência concreta de construção. Pede que não se fechem os olhos para as outras comunidades ao longo da bacia, não apenas Bento Rodrigues. Que mais esforços sejam implementados para a efetividade dos direitos. Indaga até quando serão tratados como emergenciais, até quando viverão recebendo cartão. Quer respeito por parte das empresas e Fundação Renova.

Mauro Marques da Silva, atingido da comunidade de Bento Rodrigues, afirmou que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não morreram; que existe a luta pela conservação da memória. Contou que Bento Rodrigues foi fundada em 1710; naquela época existiam vários escravos e hoje em dia os escravos do presente vivem a ilusão de que são trabalhadores. Afirmou que desde o rompimento houve estardalhaço por parte das autoridades; que desde o fatídico dia, viram que sua luta seria grande. Que se encontrando no dia seguinte ao desastre na Promotória, Dr. Guilherme Ihe disse que enquanto os holofotes estivessem voltados para Mariana, todos estariam ali, mas que depois, todos desapareceriam. Que a luta se desdobrou em reuniões e audiências incansáveis para estabelecer os direitos; que a Fundação Renova foi criada e nada mudou; que a fundação só realiza o básico, mesmo assim quando provocada pelo Ministério Público. Como confiar naquele que fez vítimas e hoje querem cuidar das mesmas? As ações da fundação não estão sendo suficientes para reparar os danos. Gostaria que a Fundação Renova respondesse às ações pleiteadas dos atingidos, não apenas as do MP. Ressalta a luta árdua dos atingidos, mas tem a convicção de que no final todos sairão fortalecidos.

Em seguida, a atingida Janaina pede que a Fundação Renova





2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

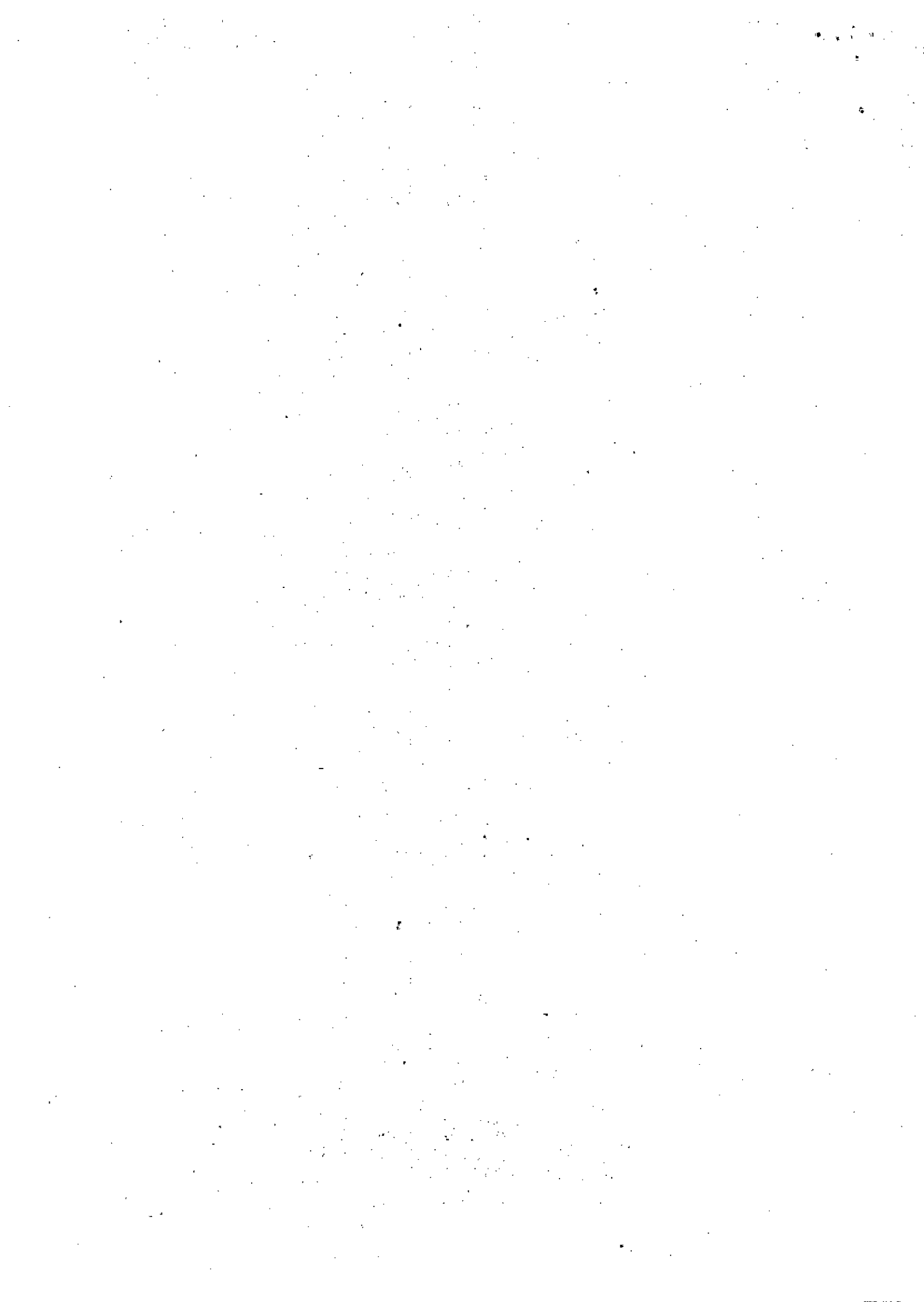
assuma a responsabilidade pelo crime cometido pela Samarco. Questionou que o presidente da fundação deveria estar presente para responder se os atingidos vão ou não receber suas casas. Há um jogo de "empurra-empurra" entre fundação Renova e a Prefeitura. Questionou a política de fornecimento de ração para os animais dos atingidos. Afirmou que os atingidos apenas querem o seu direito, sua casa e seu sossego, ou seja, o que foi construído ao longo da vida por eles. Afirma que não reconhece Fundação Renova; que não há garantias de que receberão alguma coisa por parte da fundação. Afirmou ainda que cada atingido é que sabe o valor de seus bens, que não é a fundação que tem que dizer o valor de cada coisa. Pede que a Fundação Renova assuma o seu papel e a Samarco cumpra com os seus deveres.

Na sequência falou Valdir Ramos de Oliveira, diretor Presidente da empresa Incorpore, sediada em Mariana há 28 anos. Segundo Valdir, os empresários não vinham sendo convidados para as concorrências pela Fundação Renova. Quando começaram a ser chamados, perderam as três primeiras concorrências, mas que agora sua empresa ganhou a concorrência para reassentar 20 famílias, em um contrato de 18 meses. Segundo ele, a Fundação Renova acena com projeto de qualificação e reestruturação financeira das empresas locais, por isso, é preciso dar um voto de confiança à fundação para que ela possa responder aos questionamentos e se parta para um novo patamar na reparação dos danos.

Em seguida, Juliano Duarte, vereador, representante do Poder público, citou a importância da audiência pública. Afirmou a necessidade que a comunidade terá em conviver com a Fundação Renova por um longo tempo ainda. Que reconhece as perdas dos atingidos. Afirmou que quando do rompimento da barragem, era Secretário de saúde. Que foi feito um plano pós rompimento da barragem, solicitando a contratação de profissionais de saúde para atendimento aos atingidos. Conseguiram que os contratos tivessem duração de um ano, renováveis por igual período. Foram formadas equipes multidisciplinares de acompanhamento. Que a intenção era que o plano prosseguisse até que todos os atingidos estivessem reassentados. Contudo, a empresa Contexto, recentemente contratada, vem agindo com desrespeito aos profissionais, obrigando-os a assinatura de contratos precários. [...]

[...]

José Carlos Honorato, representante dos atingidos, afirmou que gostaria de saber por que a Fundação Renova contratou empresas que trouxeram a mão-de-obra de fora. Que, em ocasião que foram chamados para prestar contas do trabalho da Caritas na Câmara, teve vergonha de se sentir marianense, pois foram tratados de forma desrespeitosa pelo Presidente da Câmara, tão logo o Promotor saiu da reunião. Que os vereadores chamaram a polícia para os mesmos. Questiona por que os vereadores não os apoiaram quando precisaram; apenas a Caritas e a Promotoria os estão ajudando. Afirmou que um dos vereadores os ameaçou, dizendo que a Câmara poderia demorar com a aprovação do plano diretor.



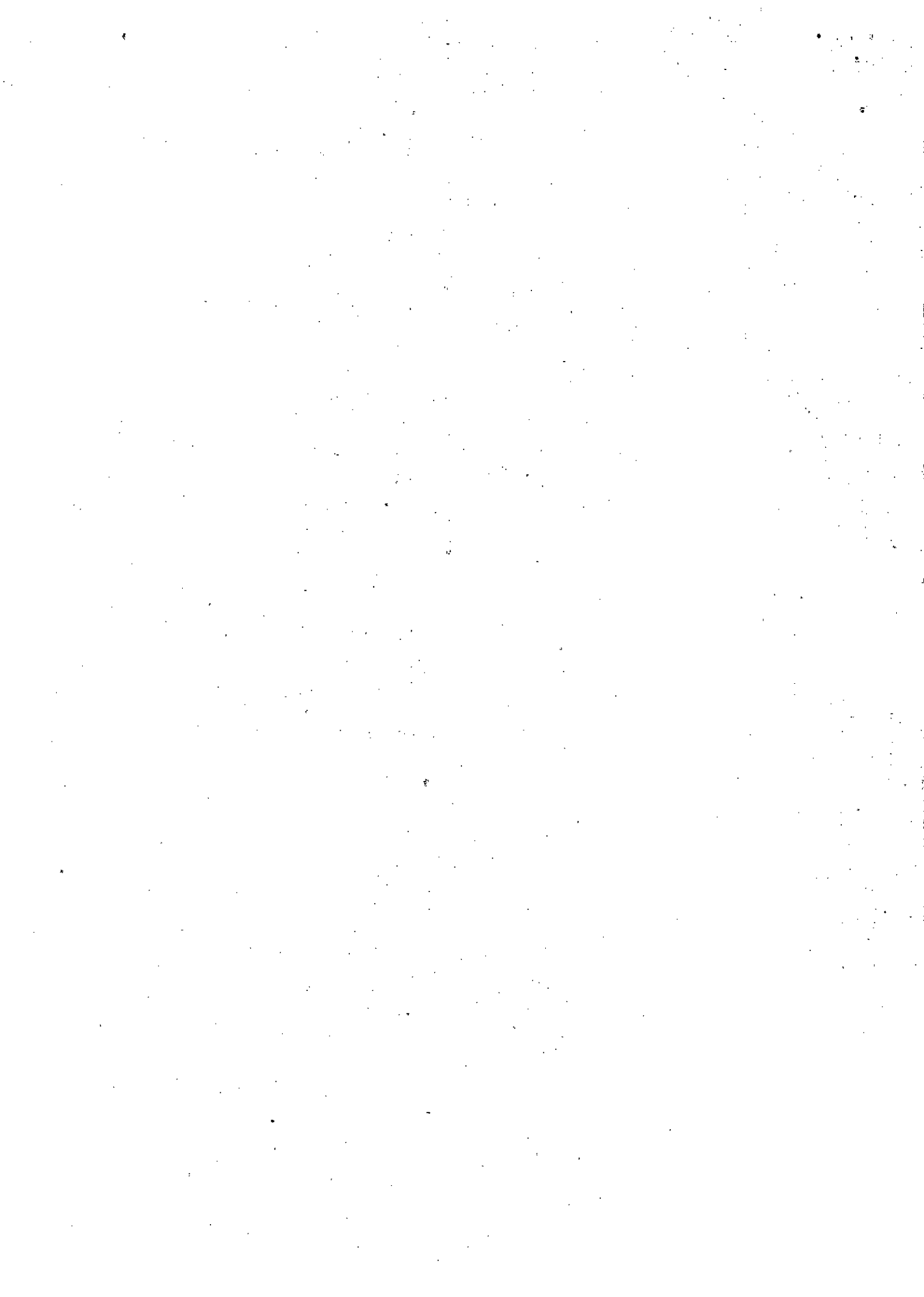


2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Luzia Nazaré, representante dos atingidos da comissão de Paracatu de Baixo, afirmou que seu marido é nascido naquelas terras; que esta é uma comunidade familiar, localizada em um vale bellissimo e que não escolheram ali à toa: o local tem história e não querem sair dali. A fundação coloca que eles têm que aceitar a escolha aleatória do local onde serão reassentados. Paracatu é comunidade rural, logo, não teriam que ser encaixados em plano diretor algum. Afirmou que a fundação realizou um cadastro vergonhoso; que os atingidos estão reformulando tal cadastro; pois perceberam que não tinha nada a ver com a sua realidade. Declara que saiu de seu emprego para comparecer a todos os encontros necessários. Afirmou que os atingidos não têm meios suficientes para buscar os seus direitos; comparou com a situação de trabalhadores de empresas que são capacitados para o serviço, mas os atingidos simplesmente são atingidos, não existe curso para saber como ser "atingido". Que, sendo atingidos, ganharam uma marca que levarão eternamente em suas vidas. Declara que lutará pelo seu povo e sua família, e quem mais necessitar de ajuda. Afirmou que é vergonhoso o desrespeito com que as equipes de saúde estão sendo tratadas; que assim estes profissionais não terão estrutura para cuidar dos atingidos. Afirmou que os atingidos escolheram a Caritas por meio de processo seletivo criterioso, com profissionais que já estiveram em áreas de conflito, por isso aprenderam a lidar com essa população. O que é feito hoje pelos atingidos foi aprendido na prática, e encontraram apoio na equipe da Caritas; que possui em seu corpo profissionais abnegados e capacitados. Quem está distorcendo a palavra dos atingidos não sabe a realidade que vivenciam. Por fim, afirmou que os atingidos estão servindo como objeto de troca; se não querem que os atingidos incomodem, que se resolva sua situação.

Marino Júnior, morador de Paracatu de Cima, representante dos sitiantes, afirmou que a principal atividade da região era a pecuária e a agricultura, que nunca dependeram da mineração. Tem uma associação constituída há 14 anos, com 115 famílias associadas, sendo que 42% deles foram afetados pela barragem. Ressalta para a Fundação Renova que não estão pedindo esmola, apenas o que é seu direito. Que a Fundação Renova vem fazendo muito pouco para os produtores rurais. Que a fundação tem realizado visitas pontuais com o objetivo de avaliar o quantitativo da ração fornecida, mas que, ao invés de melhorar, tem reduzido a quantidade de ração. Que as pessoas usavam a margem do rio, mas hoje a fundação impediu esse uso pelos moradores da comunidade. Ressaltou a necessidade de mais ações voltadas para a atividade econômica. Declara que começou tratamento de saúde mental e hoje não há mais psiquiatra para atender à demanda da comunidade; houve o desligamento dos laços pessoais e comunitários e que todos estão sofrendo muito com essa situação. Que a Fundação Renova assuma o compromisso de tratar os problemas causados aos atingidos.

Fábio, professor do ICHS/UFOP, afirmou que foi convidado para uma reunião na qual apenas alguns eram representantes da comunidade (programa Mariana 2030); que não estão sendo contratados profissionais locais para as consultorias. Que está esperando ser chamado para o Comitê Gestor daquele programa, mas que até agora não foram implementadas quaisquer ações. Afirmou que as





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

grandes empresas não ajudarão a população local; há necessidade de se pensar um novo modelo econômico e de gestão. O minério acabará; é ilusão achar que a mineração trará o desenvolvimento, pois, desde o período colonial, a mineração não está trazendo nenhuma riqueza de fato. As divisas não ficam no município; quando ficam, é um valor inexpressivo. Portanto, quem produziu o dano deve ressarcir os prejuízos.

Rafael Drummond, jornalista responsável pelo jornal Sirene, jornal da comunidade dos atingidos de Mariana, questiona a Fundação Renova sobre a alegada autonomia da fundação face as empresas controladoras. A autonomia é falsa; não existe na prática. Como então se pode acreditar numa fundação que tem em seu quadro pessoas que já trabalharam para a Samarco? O vocabulário usado pela fundação deixa claro que ela não reconhece os direitos dos atingidos ('acidente', 'impactados'). A Fundação Renova funda-se num crime. A propaganda é enganosa, as ações são incompetentes, não estão atendendo as necessidades básicas dos atingidos. Qual a ética na publicidade da fundação, vendendo as ações como se fosse "responsabilidade social"? Como se dá a legalidade dos projetos desenvolvidos em parceria com a Prefeitura? Como acontece o jogo de empurra-empurra; como o Poder Público deve se colocar diante da fundação? Que tipo de sociedade pretendemos ser? Quanto vale uma tonelada de minério retirado da natureza? A comunidade não faz ideia desta realidade e os moradores pedem a volta de uma empresa que não tem compromisso com eles. Finalizando sua fala, Rafael parabeniza os atingidos como guerreiros que lutam como gigantes, e que estão se saindo muito bem.

Tcharlie, representante da comissão Paracatu de Baixo, afirmou que acompanha a trajetória dos acontecimentos desde o dia do desastre. Pede ajuda aos órgãos envolvidos para a compra dos terrenos. Afirma que a fundação tem cometido erros, deixando de fora a comunidade rural. A assistência dada pela Cáritas auxiliou na verificação de que o terreno inicialmente escolhido não era adequado. Pede maior presença do município na comunidade (Prefeito e Vereadores). Mencionou a falta de respeito no tratamento dado aos atingidos na Câmara Municipal. Agradeceu ao Promotor de Justiça Guilherme pelo apoio prestado até agora.

Em seguida, a Fundação Renova, por meio de seus representantes José Luiz Furquim e Giosan, apresentaram suas explicações, afirmando, dentre outras medidas, que assumiriam as dívidas da Gonçalves & Costa (cf. fls. 87-88). Além disso, disponibilizaram os slides de suas apresentações (fls. 107/132).

A lista de presença foi anexada às fls. 89-106 e as fotografias do evento juntadas às fls. 136-144.



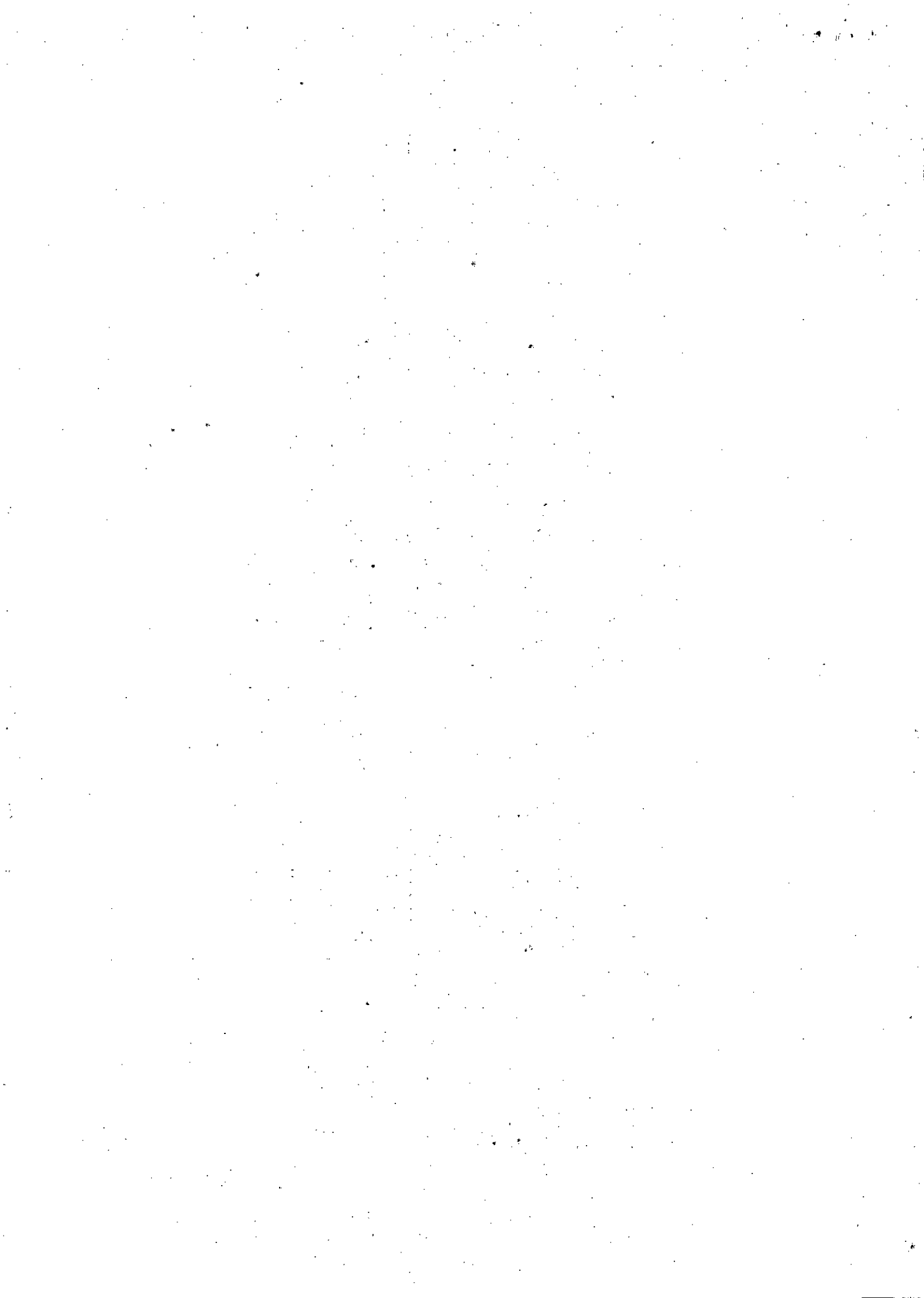


2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

Portanto, nota-se que a Fundação Renova não cumpre adequadamente sua função e afeta diversas áreas jurídicas, dos direitos humanos dos atingidos pelo desastre ao direito do trabalho dos contratados do setor psicossocial.

Face ao exposto, com base nas informações coletadas, determino as seguintes diligências:

- Encaminhar cópia do procedimento à Promotoria de Justiça de Fundações da Comarca de Belo Horizonte para conhecimento e providências cabíveis, nos termos do artigo 66 do Código Civil;
- Encaminhar cópia do procedimento ao Ministério Público do Trabalho para conhecimento e providências cabíveis, tendo em vista os problemas relacionados aos profissionais do setor psicossocial contratados pela Fundação Renova e à carência de contratação de mão de obra local o que vem agravando o desemprego na região;
- Encaminhar cópia do procedimento à Polícia Civil de Mariana, requisitando-se a instauração de inquérito policial para averiguar possível prática do crime de estelionato na contratação da empresa Gonçalves & Costa;
- Encaminhar cópia do procedimento ao Comitê Interfederativo ligado à Fundação Renova;
- Encaminhar cópia do procedimento ao presidente da Fundação Renova;
- Encaminhar cópia do procedimento à Advocacia Geral da União;
- Encaminhar cópia do procedimento à Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais;
- Encaminhar cópia do procedimento à Prefeitura de Mariana;
- Encaminhar cópia do procedimento ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CAOMA), do Ministério Público de Minas Gerais;
- Encaminhar cópia do procedimento ao Ministério Público Federal;





2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

- Encaminhar cópia do procedimento ao Ministério Público do Espírito Santo;
- Requisitar informações à Fundação Renova, mediante ofício, para manifestar-se sobre as informações coletadas na audiência pública, no prazo de 10 dias.

Outrossim, considerando a prática, em tese, do crime previsto no artigo 10 da Lei n. 7.347/1985, determino a instauração de Procedimento Investigatório Criminal, com os seguintes elementos;

- Descrição: "Apurar o crime tipificado no art. 10 da Lei 7.347/1985, praticado em maio de 2015, por representante jurídico da Fundação Renova, que descumpriu requisição do Ministério Público";
- Representado: Vitor Pimenta de Miranda;
- Diligências: (a) Notificar Vitor para prestar declarações no dia 08/08/2017, na 2ª Promotoria de Justiça de Mariana; (b) Requisitar ao presidente da Fundação Renova informações sobre o conhecimento da prática de descumprimento de requisições ministeriais; (c) juntar os ofícios originais às fls. 133/135 no PIC, mantendo-se cópia no PA e juntando-se cópia no IC 0400.17.000007-1.

Mariana, 05 de julho de 2017.

GUILHERME DE SA MENECHIN
PROMOTOR DE JUSTIÇA



